

Informe Econômico

■ CRISTINA BORGES



Más notícias do petróleo

A trégua dos preços do petróleo parece que está próxima de terminar. A queda, influenciada pela autorização da Opep em aumentar a produção, seria apenas temporária, de acordo com especialistas sobre o assunto.

Uma combinação de falta de estoques; excesso de consumo, devido ao vigoroso crescimento da economia mundial, "puxada" pelos EUA, e falta de investimentos no setor petrolífero estão entre os fatores apontados por Paulo Leme, economista-chefe para mercados emergentes do Banco Goldman, Sachs, em entrevista ao portal Em tempo real.

Nova escalada de alta, estima Leme, poderá começar a partir deste mês, com possibilidade de o barril da WTI, negociado na Bolsa Mercantil de Nova Iorque, voltar a US\$ 34, em junho.

A redução dos estoques mundiais, atualmente avaliados em 700 mil barris/dia, tende a se acentuar a partir do segundo semestre deste ano, agravando-se de outubro a dezembro com a entrada do inverno no Hemisfério Norte. A análise consta do boletim da Tendências Consultoria que projeta déficit de 1,9 milhão de barris/dia, no último trimestre.

Para o Brasil, essas notícias são muito ruins. Colocam em dúvida o cumprimento das metas fiscais este ano, apesar de os dados de fevereiro, divulgados pelo Banco Central, terem ultrapassado com folga os limites fixados. O petróleo está diretamente ligado ao ajuste fiscal, por intermédio da conta-petróleo, encarregada de arrecadar R\$ 3,5 bilhões.

Quando o barril de petróleo da WTI bateu US\$ 34, a conta-petróleo já estava zerada porque o governo vinha represando o repasse da alta ao mercado interno para não contaminar a inflação. Sem poder mais resistir, o governo autorizou aumento de 7% do preço do petróleo na refinaria.

Energia volta à privatização

■ Governo tem pressa para vender algumas usinas hidrelétricas e termelétricas

Carlo Wrede - 4/1/2000

RIOMAR TRINDADE

BRASÍLIA - O governo prepara a venda em separado de algumas usinas hidrelétricas e termelétricas para marcar a retomada do processo de privatização do setor energético. O calendário ainda não está fechado, mas prevalece no governo a disposição de transferir para o setor privado essas usinas o mais rápido possível. No estado do Rio de Janeiro, as usinas que serão vendidas em separado são a hidrelétrica de Funil, do sistema Furnas Centrais Elétricas, e as termelétricas de Santa Cruz e de Campos.

Enquanto não é definido o modelo de privatização das grandes hidrelétricas, o Ministério de Minas e Energia pretende vendê-las em separado, por julgar que essas empresas não representam grandes perdas de ativos para a futura privatização de Furnas, Eletronorte e Centrais Elétricas do São Francisco (Chesf), por exemplo. O ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, tem posição definida sobre a privatização das grandes hidrelétricas: deve ter um sócio controlador. Esta posição parte do princípio de que é a figura do controlador que vai garantir os investimentos necessários para a futura expansão e modernização do setor.



No Rio de Janeiro, a hidrelétrica de Funil será uma das primeiras na lista das privatizações

Mas há vozes discordantes no Congresso, principalmente de parte do PTB, partido que integra a base de sustentação política do governo Fernando Henrique Cardoso. Recentemente, o PTB ganhou a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, elegendo para presidir a o deputado paulista Luiz Antonio Fleury.

Funil - A Usina Hidrelétrica de Funil, operando desde 1969 no

Rio Paraíba do Sul, em Resende (RJ), apesar da potência de apenas 216 MW, é considerada de grande importância para o sistema elétrico, por estar localizada próxima aos grandes centros consumidores. Segundo o Ministério de Minas e Energia, Funil garante confiabilidade no suprimento de energia para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

O governo pretende também vender a usina de Funil (30 MW),

localizada no Rio de Contas, no Sul da Bahia, e a hidrelétrica Boa Esperança (225 MW), no Piauí. Além dessas, venderá pequenas hidrelétricas no Nordeste que, no conjunto, têm potência de 28 MW. Na reunião do dia 4 de abril, o Conselho Nacional de Desestatização (CND) autorizou a venda das termelétricas de Santa Cruz e Campos, no estado do Rio, e de Bongí, em Pernambuco, e Camaçari, na Bahia.